

ESPECIAL TRANSPÓSUL

Após tragédia climática, a logística gaúcha segue em reconstrução

Por meio do Plano Rio Grande, programa criado para reconstruir o Rio Grande do Sul após as enchentes, o Estado já soma R\$ 3,9 bilhões em recursos destinados para a recuperação de estradas, pontes e hidrovias

Thiago Copetti, especial para o JC
✉ economia@jornaldocomercio.com.br

As enxurradas que assolaram o Rio Grande do Sul entre 2023 e 2024 danificaram mais de 8 mil quilômetros de estradas estaduais - refletindo-se em 403 pontos bloqueados em mais de 90% dos municípios. De acordo com a Secretaria de Logística e Transportes (Selt), 95% das rodovias já estão liberadas - mesmo sendo, em grande parte, obras de engenharia complexas.

Em 2024, dada a urgência das ações, foram investidos mais de R\$ 1,7 bilhão do tesouro do Estado em estradas, sinaliza a pasta, o que representa um volume 11 vezes maior do que os R\$ 150 milhões que o Daer investia anualmente na década passada.



JÜRGEN MAYRHOFFER/SECOM/DIVULGAÇÃO/JC

Ponte da ERS-130, entre Lajeado e Arroio do Meio, é uma das mais significativas obras no pós-enchente

Ainda mais complexa e cara é a reconstrução das pontes.

Em relação às pontes atingidas pela enchente de 2024, por exemplo, recentemente foi liberada para o tráfego a nova pon-

te da ERS-130, entre Lajeado e Arroio do Meio, no Vale do Taquari. A travessia foi concluída após sete meses de obras - em tempo recorde, de acordo com o governo gaúcho. Foram inves-

tidos R\$ 22,8 milhões na estrutura - cinco metros maior que a anterior, mais extensa (total de 172 metros) e mais segura, contando com faixa de pedestres e ciclovia.

Desafios legais continuam impactando o transporte de cargas no Rio Grande do Sul

Um pleito histórico do setor de transporte de cargas teve desfecho neste ano. Algo que pareceria lógico, foi uma batalha enfrentada por anos e anos, permeando diferentes gestões do Sindicato das Empresas de Transportes de Carga e Logística do Estado (Setcergs).

A conquista? Ver reconhecido, para questões tributárias, que combustíveis, lubrificantes, aditivos, fluidos, pneus, câmaras de ar e peças de reposição são insumos utilizados na prestação de serviços de transporte.

Com a nova norma, as transportadoras terão melhores condições de aproveitamento de créditos fiscais, redução de incertezas e maior equilíbrio financeiro em um cenário de custos elevados, explica o assessor jurídico do sindicato, Fernan-

do Zanella. Porém, para créditos extemporâneos dos últimos cinco anos, será necessária ação judicial.

Entre as lutas ainda travadas, Zanella aponta que preocupam o setor as autuações da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) relacionadas ao Piso Mínimo de Frete - tema constante de debates e que deve permear palestras e debates durante a Transposul.

“Esse tem sido motivo de grande preocupação para o transporte rodoviário de cargas. A forma como a fiscalização vem sendo aplicada gera insegurança jurídica e onera especialmente os transportadores que atuam de maneira formalizada”, explica o assessor jurídico.

Também assessor jurídico da entidade, Fernando Masignan acrescenta que os crité-

rios utilizados pela agência se apoiam quase exclusivamente no CIOT (Código Identificador da Operação de Transporte), deixando de responsabilizar os embarcadores — muitas vezes os verdadeiros indutores da contratação abaixo do piso.

Para equilibrar a fiscalização, o sindicato defende que o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e) também seja utilizado como base de análise, permitindo rastrear toda a cadeia da prestação de serviço e ampliando a responsabilização para outros elos do transporte.

Como são muitos os caminhos legais, outro assunto constante no meio logístico é a Lei do Motorista e flexibilizações trabalhistas. O Setcergs avalia que a aplicação da Lei do Motorista segue gerando dúvidas e desafios práticos para as transpor-

tadoras, especialmente após recentes decisões judiciais que colocaram em discussão pontos considerados inconstitucionais. Entre as principais incertezas estão os critérios de descanso obrigatório de 11 horas e os intervalos a cada seis horas de direção, fiscalizados pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) com base no tacógrafo, diário de bordo ou papeleta.

O sindicato defende que ganha força a alternativa da negociação coletiva, que permite construir regras mais adequadas à realidade operacional, mantendo a produtividade e a segurança sem desrespeitar a legislação. A defesa do “negociado sobre o legislado” é vista como caminho para assegurar equilíbrio entre a proteção ao trabalhador e a sustentabilidade das empresas de transporte.

Outras 14 pontes que estão recebendo investimento de R\$ 117 milhões

► **Ponte de Sinimbu, na RSC-471.** Valor: R\$ 6,4 milhões. A obra está em execução avançada. Previsão de conclusão: final de 2025.

► **Ponte de Dilermando Aguiar, na ERS-530.** Valor: R\$ 6,1 milhões. Obra em fase de projeto. Previsão de conclusão: segundo semestre de 2026.

► **Ponte de Relvado, na ERS-433.** Valor: R\$ 7,5 milhões. Obra em fase de projeto. Previsão de conclusão: segundo semestre de 2026.

► **Ponte do Arroio Capivari (Alegrete), na ERS-507.** Valor: R\$ 7,2 milhões. Obra em andamento. Previsão de conclusão: primeiro semestre de 2026.

► **Ponte de Itati, na ERS-417.** Valor: R\$ 8,2 milhões. Obra em andamento. Previsão de conclusão: Final de 2025.

► **Ponte de Feliz, na VRS-843.** Valor: R\$ 11,8 milhões. Obra em andamento. Previsão de conclusão: segundo semestre de 2026.

► **Ponte de Vista Alegre do Prata, na ERS-441.** Valor: R\$ 17,4 milhões. Obra em fase de projeto. Previsão de conclusão: segundo semestre de 2026.

► **Ponte de Faxinal do Soturno, no km 32, na ERS-348.** Valor: R\$ 11,8 milhões. Obra em fase de projeto. Previsão de conclusão: segundo semestre de 2026.

► **Ponte de Faxinal do Soturno, no km 35, na ERS-348.** Valor: R\$ 14,7 milhões. Obra em fase de projeto. Previsão de conclusão: segundo semestre de 2026.

► **Ponte de Três Forquilhas, na ERS-417.** Valor: R\$ 7,81 milhões. Previsão de conclusão: segundo semestre 2026.

► **Ponte de Morrinhos do Sul, na ERS-494.** Valor: R\$ 4,3 milhões. Previsão de conclusão: segundo semestre 2026.

► **Ponte de Mampituba, na ERS-494.** Valor: R\$ 4,4 milhões. Previsão de conclusão: segundo semestre 2026.

► **Ponte de Três Cachoeiras, na ERS-494.** Valor: R\$ 6,4 milhões. Previsão de conclusão: segundo semestre 2026.

► **Ponte de Morrinhos, na ERS-494.** Valor: R\$ 2,9 milhões. Previsão de conclusão: segundo semestre 2026.